

ATA DA 43ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE PARTICIPAÇÃO, DIÁLOGO E CONTROLE SOCIAL - CT-PDCS/CIF

Nos dias vinte e oito e vinte e nove de janeiro de dois mil e vinte e um, na sala virtual - via Google Meet, foi realizada a **43ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Participação, Diálogo e Controle Social - CT-PDCS**, constituída no âmbito do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) e do Termo de Ajustamento de Conduta Governança (TAC-Gov), ambos os Acordos referentes ao Desastre da barragem da Samarco, em Mariana/MG. As reuniões - preparatória e pública, tiveram pautas distintas, seguindo abaixo os registros da reunião pública.

1) Apresentação e manifestações dos participantes.

Participantes da reunião preparatória à 43ª Reunião Ordinária da CT-PDCS - Dia: 28/01/21 – Horário: 13:45h às 17:11h.

Acácia Cruz (Rosa Fortini), Andrei Pereira (SEPLAG/Comitê Gestor Pró Rio Doce), Antônio Áureo (Comissão dos Atingidos de Rio Doce), Chander Freitas (AGERH), Edmar Camata (SECONT), Gabriela Artiles (FGV/MPF), Joana Nabuco (FGV/MPF), João Luiz Paste (IJSN), Manoela Carvalho (SEPLAG-Comitê Pró Rio Doce), Marcos Ortiz (Ramboll/MPF), Margareth Coelho (SEAMA), Marta Zorzal (UFES), Milena Paraíso (SEAMA), Mirian Porto (SECONT), Rafael Mantarro (FGV/MPF), Rita de Cássia (SETADES), Soraya Benetti (FLACSO), Walquíria Soares (IEMA) e Yasmin Siqueira (ATI ASPERQD).

Participantes da 43ª Reunião Ordinária da CT-PDCS - Dia: 29/01/21 – Horário: 13:40h às 16:13h.

Acácia Cruz (Rosa Fortini), Antônio Áureo (Comissão dos Atingidos de Rio Doce), Carolina Berg (EY), Caroline Braga (FLACSO), Chander de Freitas (AGERH), Cláudia Laureth (FLACSO), Fernando Aneli (SEPLAG/Comitê Gestor Pró Rio Doce), Gabriela Artiles (FGV/MPF), Guilherme Rodrigues (Renova), Lara Morena (Renova), Jadilson Oliveira (Comissão Quilombola Degredo), Joana Nabuco (FGV/MPF), João Luiz Paste (IJSN), Juliana Rocha (Renova), Karine de Oliveira (Renova), Manoela de Carvalho (SEPLAG-Comitê Gestor Pró Rio Doce), Marcos Ortiz (Ramboll/MPF), Marcos da Silva (Comissão Quilombola Degredo), Margarete Coelho (SEAMA), Maria Luciana Gonçalves (Ouvidoria), Mariana Melo (Renova), Marta Zorzal (UFES), Milena Paraíso (SEAMA), Mirian Sacramento (SECONT), Paula Vieira (Renova), Pedro Strozenberg (Ouvidor), Rafael Mantarro (FGV/MPF), Raphael Marques (SECOM), Rita de Cássia (SETADES), Soraya Benetti (FLACSO), Walquíria Soares (IEMA) e Yasmin Siqueira (ATI ASPERQD).

Após a apresentação dos membros e participantes, o Sr. João Luiz Paste, coordenador interino da CT-PDCS, fez a leitura da pauta e iniciou o debate dos itens da reunião, conforme descritos a seguir:

2) Apresentação da 2ª Suplente da Coordenação da CT-PDCS, Manoela Rodrigues de Carvalho.

Discussão	O coordenador deu as boas-vindas a Manoela de Carvalho, que em sua breve apresentação, informou que atua também na Comissão Pró-Brumadinho e se colocou à disposição da CT-PDCS. O coordenador mencionou que a sua experiência na Comissão Pró-Brumadinho trará contribuições significativas a esta CT.
------------------	---

3) Aprovação de Ata da 42ª da Reunião Ordinária da CT-PDCS.

Discussão	Após consulta aos membros, a Ata foi aprovada conforme minuta previamente distribuída, sem objeção.
------------------	---

4) PG 35 - Deliberação CIF nº 437 – itens D, E, F, H e I - prazo expirado em 20/01, e início da discussão da nova versão do documento de definição do Programa de Informação para a População.

Discussão	Em relação ao item E - Apresentação do detalhamento dos processos e da localização das unidades descentralizadas , Lara mencionou que foi dado destaque, detalhamento e foco para as estratégias de itinerância e descentralização do PG 35; que a estratégia de
------------------	---

Discussão

descentralização e itinerância permite realizar as atividades do PG 35, junto às comunidades nos territórios, com a atuação das equipes de diálogo. Iara apontou que o documento trouxe ações que se baseiam na capilaridade que as equipes de diálogo têm no território, na equipe do programa e no Repositório. Afirmou que, considerando que o Repositório está previsto para ser entregue em março, o foco é preparar as equipes, que estão sendo treinadas desde novembro do ano passado, para iniciar a implementação do programa a partir dos conteúdos a serem disponibilizados no Repositório. Iara destacou que estão contando com os CIAs (Centros de Informação e Atendimento), que possuem escritórios ao longo da calha, como pontos de apoio de acesso aos Repositórios do PG 35, mas que hoje os CIAs estão fechados tendo em vista o trabalho remoto e o distanciamento social. Iara citou as ações previstas para esse semestre: a retomada das oficinas formativas das equipes do Diálogo e CIAs; a instalação dos pontos de acesso e a articulação com organizações locais onde os pontos de acesso serão instalados, ambas a serem desenvolvidas com apoio das equipes de território; a entrega do Repositório nos próximos meses; a definição da estratégia de divulgação e da estratégia de acesso aos pontos digitais. Iara enfatizou que a equipe está encontrando dificuldades para o início das obras em Mariana, tendo em vista contexto político local, e advertiu que possivelmente haverá atraso na entrega da demanda, mas que está investindo todos os esforços para que tenham menos impactos possíveis nos prazos estabelecidos. Disse ainda que está em processo de negociação com a Prefeitura de Governador Valadares, tendo em vista solicitação da alteração do local do CIT, mas que análise técnica do local apontou que não será possível alocar o CIT, por ser um local muito disperso. Referente ao **Item F - Proposta para a construção de solução para um sistema de armazenamento**, Iara detalhou que essa proposta trata do desenho do Repositório, que é mais que uma biblioteca virtual para alocação de documentos, conteúdos e materiais diversos que falam do rompimento, do processo de reparação e do conjunto dos programas da FR; que o PG 35 é uma porta de entrada importante para garantir o registro e a divulgação dos processos de reparação no território; que, por si só, o PG 35 não tem tanto conteúdo, mas a ideia é divulgar os conteúdos dos demais programas; que o Repositório é uma plataforma interativa, que além de ser um espaço virtual de acesso a documentos e conteúdos, deverá facilitar e promover a interação dos participantes que acessam esse ambiente virtual. Iara afirmou que serão disponibilizados diversos pontos de acesso a esse Repositório ao longo da Bacia do Rio Doce. No tocante ao processo de contratação da empresa que irá fazer o desenho e a estrutura do Repositório, Iara informou que está em fase de licitação. Karine Oliveira reforçou a importância de agenda para retomada das discussões do órgão colegiado de curadoria. Alusivo ao **Item I - Apresentação do detalhamento dos elementos decorrentes da interface do PG35 com outros Programas**, Iara reiterou a necessidade de articulação do PG 35 com os demais Programas e áreas que também executam o processo de reparação; que o PG 35 salvaguarda e divulga as informações do rompimento e do processo de reparação e que é essencial avançar nessas articulações; que têm conseguido parcerias interessantes, importantes, com outros programas. Dentre essas parcerias Iara evidenciou que, junto à gerência de direitos humanos da FR, foi elaborado um manual referente à acessibilidade e ao atendimento ao público com necessidades especiais, resultado do desdobramento da recomendação de Auditoria da E&Y de 2019. A parceria com a curadoria de impacto da FR, foi abordada por Karine. Iara relatou ainda a interface do projeto entre a FR e a UNESCO, para a indexação do estudo de paisagem da bacia do Rio Doce ao Repositório, a parceria com o PG 06 – Comunicação, Participação, Diálogo e Controle Social, com o PG 33 – Educação para Revitalização da Bacia do Rio Doce e com PG 13 – Programa de Turismo e Cultura, Esporte e Lazer. Concernente ao **Item H - Proposta detalhada para as unidades de suporte técnico para o funcionamento da Curadoria, incluindo planilhas dos custos mensais e anuais estimados**, Iara enfatizou que o PG 35 dispõe de profissionais que atuam na Fundação Renova, bem como a equipe direta e terceirizada do PG 35, que reúnem habilidades em museologia, história, além dos profissionais de outras áreas com interface para atendimento das demandas surgidas, como a TI, suprimentos, compras,

<p>Discussão</p>	<p>administração de contratos, Relações Institucionais, equipes territoriais do Diálogo, também dará suporte a todo o processo da Curadoria, apoiando o grupo gestor e fazendo as articulações necessárias para buscar apoio das áreas da FR. Em relação ao Item D - Proposta detalhada para a identidade visual, Iara partilhou que o processo de concepção da identidade visual dos CITs e Repositório foi realizado, estando o resultado em análise da Governança Interna. Encerrada a apresentação, João Paste salientou que Programa de Informação para a População contém um viés construído através das Oficinas realizadas com os atingidos e a sociedade civil, para a abertura de espaços e narrativas necessárias de outras visões, em relação ao processo de reparação, quer sejam através de documentos produzidos na academia ou outros documentos, devendo ser contemplado com uma seção específica no Repositório, e que na apresentação isso não foi explicitado. Karine reforçou que dentro da proposta de curadoria existe a previsão dessas coleções e que as equipes territoriais estão sendo capacitadas para fazer o resgate dessas outras informações, através de vídeos, depoimentos e fotografias. Iara concordou com a observação feita pelo coordenador, a qual realmente não ficou destacada na apresentação, mas que essas informações serão incorporadas no repositório do PG 35; que o Repositório deve ser o espaço que traga a narrativa do que foi o processo desde o desastre até a reparação para os atingidos; que estudos trarão isso em outro contexto, mas que através da interface com o PG 06, por meio da equipe de diálogo, que tem um conhecimento muito grande das comunidades, isso vem sendo construído mediante a descentralização e a intinerância.</p>
<p>5) Minuta de Nota Técnica sobre a nova versão do Documento de Definição do Programa 06: Programa de Comunicação, Participação, Diálogo e Controle Social, na forma estabelecida pela Deliberação CIF nº 465/2020. Abrange os seguintes documentos: Plano de Ação do Diálogo da Foz do Rio Doce – Linhares e Sooretama-ES; Enquadramento Metodológico – Mobilização dos Públicos para agendas de Diálogo Social; Pesquisa de Avaliação de Percepção do Portal da Transparência; e “Planejamento e Orçamento Anual Exercício 2021”.</p>	
<p>Discussão</p>	<p>João Paste recapitulou que, no segundo semestre do ano passado, a CT trabalhou em várias frentes relacionadas ao PG 06, na construção de alguns documentos que estavam previstos no escopo do programa aprovado; que na tentativa de melhorar a comunicação e a transparência, foram constituídos dois grupos de trabalho que foram produtivos; que estavam convergindo para uma pactuação, mediante a elaboração de minutas de NTs e Minutas de Deliberação que apontariam esse estágio construído, mas que ao final do ano de 2020 a CT recebeu as versões propostas de revisão do PG 06 e do PG 35, na forma estabelecida pelo TTAC, da revisão ordinária; que a CT avaliou que deveria incluir na análise da proposta de revisão, os acontecimentos e a confirmação dos compromissos que surgiram nas discussões citadas. João Paste referiu-se ao documento enviado em anexo ao convite para esta RO, que traz uma série de anotações que registram as alterações no documento apresentado, sendo elementos para a discussão com a equipe da FR, que deverá resultar na construção de uma ou mais NTs. Realizou breve leitura e contextualização da Deliberação do CIF nº 465, enfatizando o item 1 - letras a, b e c - que trata da avaliação da revisão dos programas pelas CTs. Iara Morena externou que não entendia em quais pontos e o quanto se poderia avançar durante a reunião; que foram feitas alterações e que a equipe recebeu diversas recomendações de alterações dos dois programas; que, inclusive, discordaram de algumas alterações solicitadas no âmbito da Governança da FR; que fizeram argumentações e que foi bem exaustivo para a equipe; que fecharam o ano de 2020 um pouco frustrados com algumas questões, que no entendimento da equipe era importante serem mantidas e solicitou orientações à governança da FR, se caberia a discussão dos pontos alterados e que não saberia explicar como ficaria em questão aos encaminhamentos. Paula Vieira esclareceu que tinham pontos em que concordarão e outros talvez não; que não sabia se teria necessidade de uma volta de discussão sobre esses temas e solicitou ao Coordenador a possibilidade da apresentação da análise feita até o momento pela CT e que a FR, no momento, deveria</p>

Discussão

escutar o posicionamento dos membros quanto à nova definição recebida do programa e, se for o caso, marcar outras reuniões. João Paste realizou a apresentação de tabela comparativa, elaborada após análise realizada pela CT, do documento do PG 06 aprovado em 2018 e da nova versão de 2020. Durante a apresentação Guilherme Rodrigues respondeu ao questionamento abordado pelo coordenador, referente ao que seriam os órgãos de controle mencionados no documento de definição do PG 06, dizendo que existem contextos em que o Ministério Público é muito atuante e em outros as CTs são pontos de controle para algumas atividades de participação e controle social em agendas específicas. Exemplificou que pessoas de Degredo, presentes na reunião, tem uma relação com a CT-IPCT que ajudam a pautar as agendas de participação e controle social na própria comunidade, atuando como órgão de controle. Iara comentou que algumas alterações mencionadas são estruturais e mudam um pouco o sentido de alguns processos, e outros são ajustes e correções a serem feitos, como equívocos em numerações; que de fato a equipe teve acesso à minuta da NT, mas que seria importante terem acesso também à tabela comparativa para conhecimento das questões apontadas. Maria Luciana observou que preferia revisar o documento, inclusive com o PMO. Mariana Melo manifestou-se da mesma forma para revisar o documento. Paula Vieira compartilhou que dentre as anotações indicadas pela CT, existem questões que são erro de data e outras modificações que são acordos feitos na governança interna da FR; que depois do processo de revisão feito com a CT em janeiro do ano passado o documento passou por várias avaliações internas, e que a FR está se posicionando de uma maneira em consenso em alguns assuntos e em outros não. Iara disse que fará correções, mas que não se sentia a vontade para repactuar nenhum posicionamento; que precisava ter acesso a tabela apresentada, através de formalização da CT, pois tecnicamente a equipe do PG 06, da FR, tem limites. A Profª Marta Zorzal enunciou que de fato foram feitas alterações sobre um documento que já havia sido aprovado pelo CIF, onde tudo já havia sido pactuado e que, no entendimento da CT, as mudanças foram para pior; que foram feitas retiradas importantes no documento, muito mais que a alteração de redação, de ajustes e erros humanos; que a CT solicita e quer uma justificativa ou uma explicitação argumentativa dos motivos que levaram a extração ou a exclusão de determinadas questões importantes para o processo de acompanhamento e controle, que já se discutiu sobre a questão da participação social; que foi feita uma leitura atenta do documento, na tentativa de identificar se haveriam razões, e a CT não conseguiu encontrar tais razões para as exclusões; que não foi dito o porquê das exclusões, sobretudo na questão do controle social e outras questões já mencionadas pelo coordenador; que a equipe da FR, responsável pelo PG 06, se posicione e justifique as alterações. Ficou acordado que a tabela comparativa passa a compor a ata da presente reunião, como anexo, e será enviada à FR na próxima segunda-feira, para encaminhamento das respostas à CT. Em relação à proposta de minuta de NT enviada pelo coordenador, Iara disse que a equipe do pilar de canais e diálogo leu, mas não preparou um posicionamento para apresentação. Mariana Melo, representando o pilar comunicação, informou que leu mas não preparou resposta. Maria Luciana, representando o pilar ouvidoria, também teve ciência, mas não preparou apresentação. Mesmo não constando neste item de pauta, Joana Nabuco questionou a equipe de diálogo sobre a divulgação do fluxo ágil nos territórios, quais os meios de divulgação estão sendo utilizados, quais os conteúdos das peças de divulgação, quais os territórios abrangidos pela comunicação e se as informações estão chegando claras para os atingidos. Mariana Melo respondeu que a equipe tem utilizado todos os recursos que fazem parte do conjunto de canais que possui: os boletins oficiais, as rádios com o Momento Renova, e como suporte, as mensagens de *WhatsApp* com as pílulas de informação, áudios ou vídeos; que em função da pandemia existe uma restrição para a impressão e distribuição de materiais; que a comunicação abrange todos os territórios; que o fluxo ágil é o tema prioritário no processo de comunicação, e dentre todas as pautas é o que tem maior peso e relevância, sendo tema crítico e principal. Sobre o ponto da abrangência territorial, Joana compartilhou que, salvo engano, pela avaliação da FGV o fluxo ágil não está valendo para todos os territórios; que são os territórios onde o juiz Mário já proferiu decisão;

Discussão	<p>que viu algumas peças de comunicação e esse ponto não ficou muito claro, pois, se está sendo divulgado em todos os territórios, inclusive para território que não foi abrangido, a informação não seria precisa para os atingidos desses territórios que não foram abrangidos pelo fluxo, mas continuam recebendo a informação. Mariana Melo ratificou que são apenas os territórios cobertos pela decisão. Sobre valores das indenizações, Joana perguntou se o valor líquido é comunicado aos atingidos. Mariana respondeu que não expõem valores específicos, nessas peças de comunicação que têm um alcance maior, pois não são dirigidas individualmente. Joana Nabuco sugeriu a discussão do detalhamento do fluxo ágil na CT, tendo em vista a importância na reparação. Iara partilhou que no diálogo ativo com lideranças, por meio da difusão de pílulas e áudios com orientações, contatos pela central 0800 e nas reuniões de diálogo social, a equipe divulga o fluxo ágil em território. Jadilson Oliveira compartilhou que a informação do fluxo ágil chegou no território de Degredo através das mensagens enviadas e, como a comunidade não foi contemplada, gerou atritos, tendo em vista que o território está tratando de uma política indenizatória com a FR; que a FR ficou de fazer uma retratação com a comunidade de Degredo e indagou se a CT estava ciente desse fluxo de comunicação. João Paste informou que não tinha conhecimento desses fluxos de comunicação e que o fluxo ágil não foi apresentado a esta CT. Tendo em vista o tema estar relacionado aos processos indenizatórios, acompanhados por CT específica, João Paste questionou a Iara se a estruturação do fluxo ágil foi debatida na CT-OS. Iara não soube informar se o tema foi discutido em outra CT. Paula Vieira disse que o fluxo ágil não foi tema específico em outra CT e que está sendo tratado em função das petições judiciais, especificamente. Iara esclareceu que esteve na reunião da CT-IPCT e que em resposta ao encaminhamento daquela CT, estão preparando um material para trazer esclarecimento ao território de Degredo e reverter o impacto relatado pelo Jadilson.</p>
Encaminhamento	<p>E-43.1- Encaminhar resposta à comunidade de Degredo sobre a comunicação do fluxo ágil no território. Responsável: Fundação Renova. Prazo: Imediato</p>
Encaminhamento	<p>E-43.2- Apresentar na próxima RO da CT-PDCS o detalhamento do fluxo ágil, incluindo o processo de comunicação. Responsável: Fundação Renova. Prazo: próxima Reunião Ordinária.</p>
Encaminhamento	<p>E-43.3- Em cumprimento à Deliberação CIF nº 465, item b, fica agendada a 4ª Reunião Extraordinária da CT-PDCS, dia 12/02/2021, de 9h às 11h, para discussão do documento de definição do PG 06. Responsável: Secretariado da CT-PDCS Prazo: Imediato.</p>
Encaminhamento	<p>E-43.4- Em cumprimento à Deliberação CIF nº 465, item b, fica agendada a 5ª Reunião Extraordinária da CT-PDCS, dia 19/02/2021, de 9h às 11h, para discussão do documento de definição do PG 35. Responsável: Secretariado da CT-PDCS Prazo: Imediato.</p>
<p>6) E.42-1 e E.41-1 (E.40-5) referente à contratação de mão de obra local (PG-20), em Regência - Pendente o envio do Ofício em resposta a CT.</p>	
Discussão	<p>Maria Luciana informou que foram realizadas todas as verificações com o <i>Compliance</i> e foi avaliado que não houve nenhuma não conformidade na contratação de mão de obra realizada em Regência; que a empresa já tinha quatro pessoas contratadas e havia no contrato uma solicitação da FR para que fosse contratado um técnico de segurança do trabalho em atendimento à NR33, e que na comunidade não havia esse profissional, por isso foi contratada uma pessoa de Linhares que já possuía o treinamento na NR; que já foi realizado o trabalho e que o pessoal da área de contratos informou que realizou reunião com a comunidade dando a mesma devolutiva.</p>

O coordenador interino João Paste leu os encaminhamentos e agradeceu a presença de todos. A 43ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Participação, Diálogo e Controle Social encerrou-se às dezesseis horas e treze minutos.

PG-006 - PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO, PARTICIPAÇÃO, DIÁLOGO E CONTROLE SOCIAL
ANOTAÇÕES DA CT-PDCS - ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE VERSÕES 2018 E 2020

DOCUMENTO VERSÃO 03-NOV 2018	DOCUMENTO VERSÃO 06-DEZ 2020	MANIFESTAÇÃO DA FR E DISCUSSÃO DA ALTERAÇÃO
	Indicação de Revisão 07 na pg.1 difere da Revisão 06 indicada na pg.2	
	CT não recebeu versão 04 e versão 5 citadas na ficha de controle de mudanças do PG (pg.2). Anotações desta Tabela são da análise da versão n.º 06 (Id 06), em comparação com a versão 03 (Id 03) (pg.2)	
	De modo geral, ao longo do texto houve a substitui de: “programas da FR” por “programas executados pela FR”; “População atingida” por “população impactada”; “todos os interessados” por “todos os atingidos e interessados” “municípios ao longo da calha do Rio Doce” por “Municípios atingidos”	
1.INTRODUÇÃO: Essa integração acontece hoje ainda de forma pontual e pouco sistematizada. Podemos verificar em alguns programas, como é o caso do Reassentamento, um maior grau de participação e controle social nas definições das ações de reparação. Na maior parte dos demais programas, o processo de envolvimento dos atingidos ainda precisa ser aprimorado. (pg.5)	Trecho excluído do C1- INTRODUÇÃO- (2º parágrafo - pg.5) Nesse sentido, os municípios atingidos foram divididos em seis regiões, conforme figura abaixo. Essa divisão, vale reforçar, destina-se à organização da gestão interna da instituição, não limitando as possibilidades de outros enquadramentos para fins do trabalho de reparação ou para fins da governança local, podendo, inclusive, passar por reformulações ao longo do tempo, conforme necessidades de aperfeiçoamento da gestão por parte da Fundação Renova. Trecho Negrito alterado/acrescido - INTRODUÇÃO- (último parágrafo - pg.6)	
“A intenção é que essas equipes, principalmente na figura do gerente local, contribuam para a formação de identidade da Fundação Renova nas comunidades atingidas. Ter uma face e um porta-voz reconhecido nos territórios já era uma demanda do próprio Conselho Consultivo da Fundação.” (pg.7)	Trecho excluído, 1º parágrafo. (pg.7)	
Não obstante a esse esforço, a Fundação Renova reconhece que tem ainda muito a evoluir no que tange à integração dos programas definidos no TTAC, bem como na estruturação de processos de participação e controle social. Dessa forma, é natural que o modelo de atuação nos territórios seja ajustado	Dois parágrafos excluídos - tratavam da necessidade de aprimoramento da integração dos programas definidos no TTAC, bem como na estruturação de processos de participação e controle social. (pg.7)	

<p>progressivamente, sobretudo com a nova dinâmica que será promovida com o estabelecimento das Comissões Locais e Câmaras Regionais, previstas no TAC de Governança homologado em junho de 2018.</p> <p>Reconhecemos, também, a necessidade de termos processos de Comunicação, Diálogo, Ouvidoria e Canais de Relacionamento atuando de forma mais integrada, apoiando e subsidiando os territórios com informações estratégicas para atuação junto às comunidades atingidas. A intenção é que essa leitura, em conjunto com a análise técnica dos programas, seja base para o desenvolvimento de uma peça estruturante de planejamento em cada território. (pg.7)</p>		
<p>“Nesse contexto, e de forma convergente aos preceitos trazidos pelo TAC Governança, a Fundação começou a trabalhar, em meados de 2018, com uma nova lógica de planejamento das ações reparatórias, a partir de uma diretriz de gestão territorial integrada. Essa forma de planejamento tem por objetivo promover uma maior articulação dos programas nos territórios, cujo modelo contempla o desenvolvimento de planos territoriais integrados (PTIs).”</p> <p>“A evolução da elaboração e aplicação dessa nova abordagem de planejamento territorial serão apresentadas regularmente para esta Câmara Técnica, de forma a permitir ajustes de rota no curso de sua evolução.” (pg.7)</p>	<p>“Nesse contexto, e de forma convergente aos preceitos trazidos pelo TAC Governança, a Fundação começou a trabalhar, em meados de 2018, com uma nova lógica de planejamento das ações reparatórias, a partir de uma diretriz de gestão territorial integrada. Essa forma de planejamento tem por objetivo promover uma maior articulação dos programas nos territórios, cujo modelo contempla o desenvolvimento de planos temáticos e territoriais que integram ações dos programas no nível local, em alinhamento com as demandas das comunidades e responsabilidades de cada programa. Cabe ao PG006, para esses planos, fornecer informações sobre o contexto dos territórios, bem como das expectativas, necessidades e interesses dos públicos-alvo do processo de reparação e compensação, <u>embora o Programa não seja o responsável por essa gestão.</u>” (pg.7)</p>	
<p>Informa que custo estimado para o programa de Comunicação, Participação, Diálogo e Controle Social é de R\$ 145,25 Milhões, até 2030. Nota 1 informa que valor inclui custos das ATs então existentes (Pg.8)</p>	<p>Em Projetos e processos e Orçamento, Documento informa que orçamento do PG inclui despesas com ATs já contratadas e que O orçamento do programa totaliza R\$ 349,6 milhões até 2021, considerando os valores realizados entre 2016 e 2019, a projeção para 2020 e o orçado para 2021.</p>	
	<p>No Processo - Análise de Contexto: Compreensão, Reconhecimento e Aproximação – Alteração nos três Objetivos e inclusão de mais dois: “4) Orientar o delineamento dos demais Programas e Planos de Ação nos territórios atingidos por meio das análises de contexto e propostas de soluções. (5) Realizar devolutivas, aos territórios atingidos, das respostas e ações produzidas pelos programas. Acréscimos de trechos e dos Objetivos 4 e 5.</p>	

	<p>Exclusão de texto que descreve a “meta”: “O atendimento a esses objetivos busca identificar as questões relevantes para o trabalho de reparação e compensação e orientar as estratégias de participação e controle social, garantindo que as ações a serem implementadas estejam adaptadas às particularidades locais e às demandas e expectativas da população atingida.” (Pg.8)</p>	
<p>Processo – Controle Social nos Programas da Fundação Renova</p> <p>Planejar e promover o controle e a responsabilização sobre o trabalho de reparação e compensação realizado pela Fundação Renova, em todas as suas etapas. O controle social está baseado na instituição de espaços de diálogo, regulares e ad hoc, que permitem a fiscalização, acompanhamento, avaliação e prestação de contas para controle da execução das ações dos Programas, verificação da correspondência entre ações implementadas e acordos coletivos, apuração de resultados e verificação dos recursos aplicados. (pg.9)</p>	<p>Processo – Controle Social nos Programas da Fundação Renova - Objetivo</p> <p>O Controle Social tem o objetivo de assegurar às partes interessadas o direito de acesso às informações e a possibilidade de acompanhamento e monitoramento das ações desenvolvidas e previstas pela Fundação Renova em todas as suas etapas.</p> <p>Trecho excluído: O controle social está baseado na instituição de espaços de diálogo, regulares e ad hoc, que permitem a fiscalização, acompanhamento, avaliação e prestação de contas para controle da execução das ações dos Programas, verificação da correspondência entre ações implementadas e acordos coletivos, apuração de resultados e verificação dos recursos aplicados. trecho significativo suprimido. (pg.9)</p> <p>Exclusão tem rebatimento no item 06.5.03/Objetivo do Processo Controle Social nos Programas e na supressão do Indicador.</p>	
<p>Processo - Assessoria de Imprensa - (Pg.9)</p>	<p>Processo e Objetivo excluídos.</p>	
<p>Processo - Campanhas e eventos - (Pg.9)</p>	<p>Processo e Objetivo excluídos.</p>	
<p>Processo - Produção de Conteúdo - Objetivo: Realizar curadoria de conteúdo sobre o processo de reparação da Fundação Renova e outros assuntos de interesse dos públicos, direcionando informações para diversas mídias e veículos institucionais, para garantir o acesso à informação ampla, transparente e compreensível para população direta e indiretamente impactada. (pg.9)</p>	<p>Processo - Produção de Conteúdo: Inclusão de segundo Objetivo, com quatro ações, que era o Objetivo do Processo – Campanhas e eventos: 2. (I) Prestar conta sobre as ações da Fundação Renova; (II) fazer divulgação de ações com caráter de prestação de serviços presentes em algumas das ações de reparação; (III) proporcionar a troca de experiências e a construção coletiva; (IV) sensibilizar público interno e/ou externo sobre assuntos específicos. (pg.9)</p>	
<p>Versão 003 apresentava 12 indicadores para os 4 Pilares (pg.12)</p>	<p>Apresenta 24 indicadores: 8 indicadores para pilar de Participação e Diálogo Social, 4 indicadores para Pilar Comunicação, 9 indicadores para pilar de Canais de Relacionamento, e 03 indicadores para Ouvidoria.</p>	

<p>Objetivos gerais Programa 06: (i) . (ii). (iii) Apoiar os demais programas da Fundação Renova no que tange à promoção de participação social e comunicação no desenvolvimento e implementação dos projetos socioeconômicos e socioambientais previstos no TTAC. (pg.13)</p>	<p>Objetivos gerais do Programa 06: Desdobra (iii) em (iii) e (iv): (iii) Assegurar os processos de participação social e garantir espaços de diálogos em todos os programas, projetos e ações de reparação e compensação executados pela Fundação Renova no que tange à promoção de participação social e comunicação no desenvolvimento e implementação dos projetos socioeconômicos e socioambientais previstos no TTAC e deliberações do CIF. (iv) Assegurar os processos de participação social e garantir espaços de diálogos em todos os programas, projetos e ações de reparação e compensação. (pg.12)</p>	
<p>Glossário: Controle Social - Trata-se da capacidade de controle e responsabilização que as partes interessadas têm sobre o trabalho de reparação e compensação realizado pela Fundação Renova, em todas as suas etapas. É uma forma de fiscalização, acompanhamento, avaliação e prestação de contas para controle da execução das ações dos Programas, verificação da correspondência entre ações implementadas e acordos coletivos, apuração de resultados e verificação dos recursos aplicados, nas ações de reparação/compensação. (pg.16)</p>	<p>Controle Social - Meios de se assegurar às partes interessadas o direito de acesso as informações e a possibilidade de monitoramento e avaliação das ações desenvolvidas e previstas pela Fundação Renova. É uma forma de fiscalização, acompanhamento, avaliação e prestação de contas para controle da execução das ações dos Programas, verificação da correspondência entre ações implementadas e acordos coletivos, apuração de resultados e verificação dos recursos aplicados, nas ações de reparação/compensação.</p>	
<p>Glossário: PIM - Programa de Indenização Mediada. (pg.17)</p>	<p>PIM— Programa de Indenização Mediada. (excluído do glossário - pg.16)</p>	
<p>6.1.1. Objetivos específicos Pilar Participação e Diálogo: • Promover o relacionamento e a participação social necessários para a execução dos demais programas e projetos, de modo a permitir que as partes interessadas, dos diferentes grupos e territórios, sejam ouvidas e possam influenciar em todas as suas etapas. • Estabelecer espaços dialogais permanentes com a população atingida e as demais partes interessadas, para fins de acesso a informação, transparência, monitoramento e avaliação do trabalho desenvolvido pela Fundação Renova, proporcionando a oportunidade de controle social. (pg.19)</p>	<p>6.1.1. Objetivos específicos Objetivos específicos Pilar Participação e Diálogo: “Os objetivos específicos deste Pilar devem expressar a responsabilidade compartilhada entre o PG 06, demais frentes de trabalho da Fundação Renova e partes interessadas na promoção da Participação e do Controle Social, cabendo a ele a responsabilidade por apoiar e promover a realização dos processos de Participação e Controle Social vinculadas às ações de reparação e compensação, de modo a acolher e garantir que as expectativas e necessidades expressas pelos atingidos e partes interessadas possam ser consideradas e influenciar todas as etapas de execução dos demais programas. De forma complementar, faz-se necessário expressar o foco do Pilar em “compreender as necessidades e expectativas dos atingidos e demais partes interessadas e, a partir delas, orientar a atuação da Fundação Renova nos territórios”. (Pg.17)</p>	

<p>D. EXPERIÊNCIAS ACUMULADAS – (pg.22)</p>	<p>D. EXPERIÊNCIAS ACUMULADAS – acréscimo de parágrafo: Até agosto de 2020, foram realizadas mais de 4,1 mil reuniões de diálogo, que contaram com cerca de 1103.000 participantes, de todos os municípios atingidos. Em média, ocorreram mais de 70 reuniões por mês. Nesses espaços de diálogo, foram tomadas decisões e dados encaminhamentos importantes para o avanço do processo de reparação e compensação. Além das reuniões, regularmente, são realizados contatos individualizados com a população atingida e demais partes interessadas, mantendo canal de escuta frequente e de promoção da transparência. Embora tais resultados expressem um grande esforço na promoção de oportunidades de diálogo, participação e controle social, a Fundação Renova reconhece limitações e a necessidade de melhoria permanente de sua atuação. (pg.20)</p>	
<p>Item 6.3. SOLUÇÃO CONSTRUÍDA: As orientações técnico-metodológicas adotadas para o desenvolvimento dos modelos de Participação Social e de Controle Social, bem como as suas definições tático-operacionais, são apresentadas nas seções a seguir. O modelo adotado integra-se ao planejamento que está sendo construído pela Fundação Renova nos territórios, denominado como Plano Territorial Integrado (PTI), orientado ao contexto local e a promover a articulação entre as distintas frentes de trabalho, com o objetivo de tornar mais eficiente e efetiva a reparação e compensação dos impactos. A Participação e Controle Social constituem eixos estruturantes desse planejamento, garantindo o envolvimento das partes interessadas ao longo de todas as suas etapas. Cabe ressaltar que diante do TAC Governança, a participação e controle social passam a ser processos formalizados por meio do sistema de governança. Com isso, os planos territoriais integrados deverão considerar, necessariamente, um alinhamento com esse novo modelo de governança, conforme indicado nos itens que seguem. (pg.27)</p>	<p>6.3. SOLUÇÃO CONSTRUÍDA As orientações técnico-metodológicas adotadas para o desenvolvimento dos modelos de Participação Social e de Controle Social, bem como as suas definições tático-operacionais, são apresentadas nas seções a seguir. O modelo adotado <u>resulta na produção de informações sobre o contexto dos territórios, das expectativas, necessidades e interesses dos públicos, além de acordos e pactuações que subsidiam e direcionam a atuação das demais frente de trabalho da Fundação Renova bem como à elaboração de planejamentos temáticos e territoriais</u>. A Participação e Controle Social constituem eixos estruturantes desse planejamento, garantindo o envolvimento dos atingidos e demais partes interessadas ao longo de todas as suas etapas. Cabe ressaltar que diante do TAC Governança, a participação e controle social passam a ser processos formalizados por meio do sistema de governança. (pg.25) (Plano Territorial Integrado (PTI) fica substituído por planejamentos temáticos territoriais)</p>	
	<p>(Sobre TAC-Gov) Por fim, cabe destacar que, embora importante para as ações previstas no PG006, a execução dos termos previstos no TAC Governança, bem como a gestão dessas atividades, não é uma atribuição da Fundação Renova. Ressalva inserida. (pg.30)</p>	

<p>Como parte de uma gestão territorial integrada, o Modelo de Participação Social em desenvolvimento é composto por duas etapas complementares. (pg.33)</p>	<p>Excluído trecho início de parágrafo: Como parte de uma gestão territorial integrada O Modelo de Participação Social em desenvolvimento é composto por duas etapas complementares. (pg.31)</p>	
<p>Infográfico 1 (pg.35)</p>	<p>Quadro à direita do infográfico incluído nesta versão (pg.33)</p>	
<p>Em 6.3.2.1. Modelo de Participação Social Dessa forma, o planejamento é consolidado em Planos de Participação Social dos Territórios, que é resultado e parte integrante do Plano Territorial Integrado. Tais propostas de engajamento nos processos decisórios do trabalho de reparação e compensação, em cada território, é produto desse esforço de se ajustar as oportunidades participativas à realidade, preferências e especificidades locais. (pg.36)</p>	<p>Em 6.3.2.1. Modelo de Participação Social Dessa forma, o planejamento é consolidado em Planos de Participação Social dos Territórios, que é resultado e parte integrante do Plano Territorial Integrado. Tais propostas de engajamento nos processos decisórios do trabalho de reparação e compensação, em cada território, é produto desse esforço de se ajustar as oportunidades participativas à realidade, preferências e especificidades locais. (pg.34)</p>	
<p>INFOGRÁFICO 02: Construção dos Planos de Ação para a Participação Social nos Territórios (pg. 37)</p>	<p>Exclusão de todo INFOGRÁFICO 2. (pg.34)</p>	
<p>Nos territórios, as equipes encontram-se sob a coordenação das Gerências de Território (pg.42)</p>	<p>Nos territórios, as equipes encontram-se sob a gestão dos Coordenadores de Diálogo no Território. (pg. 38)</p>	
<p>Sobre Equipe do Pilar Participação e Diálogo Social: As equipes incluem profissionais dedicados ao diálogo com as comunidades e ao relacionamento institucional. (pg.42) TEXTO EXCLUÍDO</p>	<p>Trecho excluído.</p>	
<p>Sobre INTERFACE COM OUTROS PGs: A proposta apresentada neste documento traz, de forma objetiva, os procedimentos que demonstram essa transversalidade e a vinculação do Programa à gestão territorial integrada. (pg.43)</p>	<p>Trecho excluído.</p>	
<p>que culminam na implementação de espaços dialogais e na efetivação das decisões tomadas por meio do diálogo entre elas. (pg.46) TEXTO EXCLUÍDO</p>	<p>No Processo Análise de Contexto: 6.5.1. Análise de Contexto: Compreensão, Reconhecimento e Aproximação – Objetivo: Este processo tem cinco objetivos centrais: (1) [...] (5) Realizar devolutivas, aos territórios atingidos, de contexto efetuadas (pg.40)</p> <p>O Objetivo (5) tem redação diferente daquela feita na página 8, para o mesmo Objetivo: (5) Realizar devolutivas, aos territórios atingidos, das respostas e ações produzidas pelos programas (pg. 8)</p>	
<p>que culminam na implementação de espaços dialogais e na efetivação das decisões tomadas por meio do diálogo entre elas. (pg.46) TEXTO EXCLUÍDO</p>		
	<p>Em 6.5.2. Participação Social nos Programas, Projetos e ações... o escopo do Processo “Formato do Engajamento (plano de ação por território), tem a seguinte descrição:</p>	

	<p>“[...]Em seguida, é realizado o planejamento da Participação Social quanto ao (1) formato de envolvimento das partes interessadas, (2) técnica de implementação dos espaços de diálogo, (3) modelo de mobilização das partes interessadas e (4) cronograma de implementação. Por fim, os Planos de Ação são compartilhados com as comissões locais, população atingida e outras partes interessadas, para validação e definição conjunta da agenda de Participação Social.” (pg.44)</p>	
	<p>Trecho suprimido, conforme registro no início (pg. 9) e em Objetivo Processo Controle social. (pg. 45): <i>"O controle social está baseado na instituição de espaços de diálogo, regulares e ad hoc, que permitem a fiscalização, acompanhamento, avaliação e prestação de contas para controle da execução das ações dos Programas, verificação da correspondência entre ações implementadas e acordos coletivos, apuração de resultados e verificação dos recursos aplicados."</i></p>	
<p>6.6.1. Custo do Programa - informações de custos para cada pilar (pg.51)</p>	<p>Excluídos valores por pilar. (pg.47) Embora haja custo individualizado por pilar na proposta do Orçamento (Documento <i>PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO ANUAL EXERCÍCIO 2021</i>), a proposta do PG 06 não apresenta o detalhamento.</p>	
	<p>ITEM 6.7.1 Indicadores do Programa excluído, sendo reorganizado/alterado. (pg.48)</p>	
<p>Excluído diagrama (pg.74) que empobrece o trabalho da comunicação do PG 006.</p>	<p>Documento indica transferência de Objetivos dos Processos Assessoria de Imprensa e Campanhas e eventos para Processo Produção de conteúdo. (pg.67)</p>	
	<p>Em 7.6.2. Canais de Informação e Interação com as Comunidades, Diagrama do Processo indica como clientes as "Comunidades dos 39 municípios atingidos" (pg.70). Número de municípios é maior (TTAC + Deliberações: 48).</p>	
	<p>7.7.1. Custo do Programa (R\$ milhão) ... Embora haja custo individualizado para Comunicação na proposta do Orçamento (Documento PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO ANUAL EXERCÍCIO 2021), aqui não aparece tal detalhamento. (pg.70)</p>	
<p>Cronograma do Programa: 12/2031 (pg. 79)</p>	<p>Altera Cronograma do Programa: 10/2030 (pg. 71)</p>	
	<p>7.1.1. "Indicadores do Programa" – Numeração não sequencial ao</p>	

	(Como são indicadores de um mesmo PROGRAMA, embora pilares distintos, é interessante constar numeração sequencial dos quatro pilares. (pg. 71))	
	Em 8.1.2. Diretrizes: PG desenvolvido seguindo TTAC, Código ... Deliberações e NTs ... Mas são citadas apenas "CIF/Deliberação nº 105, de 14 de setembro de 2017; Nota Técnica nº. 003/2017/CTCPDCS/ CIF, Câmara Técnica de Comunicação, Participação, Diálogo e Controle Social. Brasília, 106 de outubro de 2017. (pg.76) (Há várias outras Deliberações e NTs.)	
	Em 8.1.2. Diretrizes, há informação sobre CIT "os CITs serão espaços interativos para dar visibilidade às ações socioeconômicas e socioambientais desenvolvidas pela Fundação Renova nos territórios. A intenção é que os CITs se tornem espaços públicos de reflexões sobre o encontro do homem com o meio ambiente e com seu poder de transformar o futuro a partir de suas próprias ações. Também serão espaços de realizações de capacitações, oficinas, rodas de conversa, entre outras atividades." Embora seja a mesma redação da versão 03, parece desatualizada, conforme as discussões do PG 35. (pg. 80)	
	Custo do Programa Embora haja custo individualizado para Comunicação na proposta do Orçamento (Documento PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO ANUAL EXERCÍCIO 2021), aqui não aparece tal detalhamento. (pg. 90)	
EXECUÇÃO DO PROGRAMA Início 08/16 - final 12/30 (pg.98)	EXECUÇÃO DO PROGRAMA Início 10/16 – final 11/30 (pg. 90) Ver "6.7.2. Critérios para Encerramento do Programa O pilar de Participação e Diálogo Social é transversal à atuação da Fundação Renova e sua implementação deve ocorrer ao longo de todo o período de execução dos demais programas. Ressalta-se que o encerramento do PG06 está associado ao prazo de conclusão dos demais programas." (pg. 54)	
	8.9.1. Indicadores do Programa Numeração não está sequencial para o PG. (pg. 91)	
	8.10. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA ... Indicação de Deliberações e NTs desatualizada (pg.97)	
ROTEIRO DE PESQUISA DE OPINIÃO: O objetivo da meta é atingir 70% das avaliações, com nível de satisfação "Bom",	Em 8.11. ANEXOS, excluído ROTEIRO DE PESQUISA DE OPINIÃO	

<p>por meio da pesquisa de satisfação. Duas perguntas serão feitas, uma por vez, [...] Mesmo que você não tenha conseguido a informação que precisa, como você avalia o atendimento da Fundação Renova? Bom, Regular ou Ruim (pg.106)</p>		
<p>Anexo IV - Formulário de Pesquisa de Opinião – Centros de Informação e Atendimento: Formulário de Pesquisa de Opinião – Centros de Informação e Atendimento Pesquisa de Opinião Centro de Informação e Atendimento [...] FICHA Pergunta 1: Você obteve a informação que precisava, neste atendimento? Repostas 1: () SIM; () NÃO Pergunta 2: Em caso de a resposta anterior ter sido SIM: Ficamos satisfeitos em saber que você obteve a informação que precisava. E como você avalia o atendimento da Fundação Renova? 109 Bom Regular Ruim Pergunta 03, em caso de a resposta anterior ter sido NÃO: Mesmo que você não tenha conseguido a informação que precisa, como você avalia o atendimento da Fundação Renova? Bom Regular Ruim Pergunta 4) Para ajudar a aprimorar o nosso atendimento, gostaríamos de saber mais sobre a sua opinião ou sugestão de melhorias. (Pg.108/109)</p>	<p>Removido Anexo IV.</p>	
<p>Em 9.1.1. Objetivos Específicos: A Ouvidoria tem como objetivo principal disponibilizar às comunidades impactadas o acesso a um mecanismo para denúncias e reclamações relativas aos processos de reparação e remediação da Fundação Renova. (pg.110)</p>	<p>A Ouvidoria tem como objetivo principal disponibilizar às comunidades impactadas pelo evento o acesso a um mecanismo para manifestações relativas aos processos de reparação e remediação da Fundação Renova. Manifestações substitui denúncias e reclamações (pg. 100)</p> <p>Em 9.1.1. Objetivos Específicos, foi incluído um terceiro: iii) Promover um ambiente de entendimento e diálogo, com as pessoas atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão, sociedade, poder público, áreas e equipes da Fundação Renova, e outras partes interessadas, sempre primando pelos interesses das pessoas atingidas, para consecução efetiva dos processos, individuais e coletivos, de reparação e compensação pertinentes ao rompimento da Barragem de Fundão. (pg. 100)</p>	
<p>Em O papel do Ouvidor: O responsável pela Ouvidoria da Fundação Renova deve observar os princípios éticos, legais e morais de suas funções, atuando com transparência e pautado em uma conduta de coerência, razoabilidade, imparcialidade e compromisso na busca de</p>	<p>O papel do Ouvidor: O responsável pela Ouvidoria da Fundação Renova deve observar os princípios éticos, legais e morais de suas funções⁴, atuando com transparência e pautado em uma conduta de coerência, razoabilidade e compromisso na busca de soluções pacíficas e efetivas,</p>	

<p>soluções pacíficas e efetivas, fundamentadas no respeito e na prevalência dos direitos humanos. (pg.111)</p>	<p>fundamentadas no respeito e na prevalência dos direitos humanos. (pg. 101)</p> <p>Excluído imparcialidade</p>	
<p>Em Premissas: Independência e isenção: A Ouvidoria deve possuir independência e isenção para condução dos processos de apuração das denúncias e reclamações. O exercício autônomo de suas atividades deve ser assegurado, de forma que possa agir com imparcialidade e legitimidade junto as áreas e programas da Fundação. (pg.113)</p>	<p>Em Premissas: Interdependência e autonomia: A Ouvidoria deve possuir estreito diálogo com programas e com o conjunto das instâncias de governança existente, mas sendo assegurada plena autonomia na condução dos processos de apuração das manifestações recebidas e nos posicionamentos publicamente assumidos. (pg.102/103)</p> <p>Autonomia substitui isenção.</p>	
<p>Apuração de denúncias: A Ouvidoria tem como competência principal a apuração de denúncias anônimas ou identificadas. As denúncias são compreendidas como toda manifestação cujo objetivo é levar a conhecimento da Fundação Renova um determinado fato ilegal ou ilícito com expectativa de alguma possível punição. (pg. 113/114)</p>	<p>Em 9.1.4. Premissas: Apuração de denúncias: A Ouvidoria é o canal com atribuição de recebimento de denúncias envolvendo irregularidades nas atividades da organização, incluindo fraudes, desvios de conduta e impactos negativos sobre os direitos humanos, quando envolvem de forma direta as pessoas atingidas, sendo ela responsável pelo registro, tratamento, apuração e encaminhamento dos casos recebidos, assegurando sigilo e proteção das pessoas manifestantes. Trecho substituído (pg.103)</p>	
<p>Denúncias anônimas: A Ouvidoria possibilita o registro de denúncias anônimas, sem necessidade de identificação. O sigilo e o anonimato são garantidos pelo registro das denúncias por empresa terceira independente, com segurança, imparcialidade e a geração de um protocolo para acompanhamento e encaminhamento de informações adicionais. Todas as informações são tratadas de forma sigilosa.</p> <p>Denúncias identificadas: A opção identificada é voltada para situações em que o manifestante se disponibiliza a ser contatado para esclarecimento de possíveis dúvidas. A identificação do manifestante e de seus contatos é importante para tornar mais ágil a apuração e o envio de informações adicionais. A confidencialidade da denúncia é respeitada independente da opção pela identificação ou pelo anonimato. (pg.114)</p>	<p>Em 9.1.4. Premissas - trechos excluídos/substituídos.</p>	
<p>9.1.5. Restrições A Ouvidoria realiza a apuração de denúncias das comunidades impactadas relacionadas a desvios de conduta, desrespeito à legislação vigente [...] (pg.114)</p>	<p>9.1.5. Restrições A Ouvidoria realiza a apuração de manifestações das comunidades impactadas pelo evento relacionadas a desvios de conduta [...] (pg.103)</p>	

	<p>Em 9.3. ICTS - Histórico de Engajamento dos Stakeholders Definição do escopo, premissas e requisitos para atendimento às áreas de Ouvidoria e Compliance da Fundação Renova. Reuniões para treinamento da equipe de atendimento, implementação do sistema de gestão informatizado, melhorias no processo de classificação e qualificação das manifestações, definição do painel de indicadores e demais procedimentos operacionais. (pg.105)</p>	
<p>TABELA 23: Cronograma macro do pilar Ouvidoria Encerramento do Programa 08/16 - 12/30 (pg.131)</p>	<p>Em 9.8.1 Custo do Programa – sem informações para o Pilar. TABELA 19: Cronograma macro do pilar Ouvidoria Encerramento do Programa 02/16 - 11/30 (pg.118)</p>	